

**DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 043/93 E  
À ALTERAÇÃO DECORRENTE DA LEI MUNICIPAL  
Nº 113/94.**

**LONGINO DA CUNHA**, Prefeito Municipal de Cajati, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Aprovou e ele Sanciona e Promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cajati é órgão consultivo e de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, com poder deliberativo no âmbito de sua competência.

**Artigo 2º** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Cajati observará as seguintes diretrizes:

**I** – identificação dos problemas dos vários segmentos do setor agropecuário, formulando propostas de solução a nível local;

**II** – Promoção da participação da comunidade rural em assuntos de seu interesse;

**III** – discussão e sugestão das linhas de trabalho objetivando melhoria na assistência técnica aos produtores do Município.

**IV** – incentivo à ação coordenada de pesquisa, assistência técnica e extensão rural;

**V** – colaboração na realização de atividades de assistência técnica, prestação de serviços aos produtores e apoio ao abastecimento;

**VI** – assessoramento ao Poder Executivo em questão da agropecuária e abastecimento alimentar.

**Artigo 3º** - Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural compete, juntamente com o Poder Executivo Municipal:

**I** – estabelecer diretrizes para a política agrícola municipal;

**II** – elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento agropecuário e objetivar sua execução.

**Artigo 4º** - Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural compete, isoladamente ou em conjunto com o Poder Executivo Municipal:

**I** – promover a integração dos vários segmentos do setor agrícola vinculados à produção, comercialização, armazenamento, industrialização e transporte de produtos;

**II** – manter intercâmbio com os demais conselhos municipais visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum;

**III** – atuar e realizar campanhas de caráter sócio-educativas que visem a melhoria de condições da população rural;

**IV** – atuar em situações de emergência, comunicando as autoridades competentes e adotando medidas objetivas e emergenciais, no âmbito de sua competência, para a solução do problema;

**V** – realizar reuniões comunitárias para a discussão de planos, ações e atividades relativas aos vários segmentos do setor agropecuário bem como para discussão da política agrícola municipal e do plano municipal de desenvolvimento agropecuário;

**VI** – apoiar e estimular o cooperativismo e outras formas de associativismo;

**VII** – instituir câmaras técnicas em área de interesse.

**Artigo 5º** - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será composto de:

**I** – três (03) membros titulares e respectivos suplentes livremente indicados pelo Poder Executivo Municipal;

**II** – dois (02) representantes titulares e respectivos suplentes, da Secretaria Estadual de Agricultura a Abastecimento a serem indicados pelo titular da pasta;

**III** – cinco (05) representantes titulares e respectivos suplentes, da comunidade rural que serão escolhidos pelas categorias regularmente organizadas em sindicatos, associações, cooperativas e outras afins.

**§ 1º** – Para a escolha dos membros da comunidade rural as entidades descritas neste artigo serão previamente notificadas para as indicações correspondente.

**§ 2º** - Se a indicação dos representantes da comunidade suplantarem o número de participantes definido no Inciso III deste Artigo, a escolha dar-se-á por votação dentre aqueles originariamente nominados.

**§ 3º** - Os suplentes somente serão chamados a integrar o Conselho na hipótese de renúncia ou afastamento do respectivo titular.

**Artigo 6º** - Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural serão empossados conjuntamente e por ato do Prefeito Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da indicação de cada um deles.

**Artigo 7º** - O mandato dos membros do Conselho Municipal será de dois anos facultada uma recondução por igual período.

**Artigo 8º** - Os membros do Conselho Municipal elegerão, dentre seus pares, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

§ 1º - Compete ao Presidente a direção dos trabalhos e administração do Conselho.

§ 2º - Compete ao Vice-Presidente assessorar e auxiliar o Presidente em suas atividades e substituí-lo na ausência.

§ 3º - Compete ao Secretário a guarda de todos os documentos e livros do Conselho, zelando pela sua segurança e , ainda, a lavratura das atas e termos de reuniões.

**Artigo 9º** - As atividades dos membros do Conselho não serão remuneradas e constituirão serviço de relevante valor social.

**Artigo 10** - O Poder Executivo Municipal fornecerá toda infra-estrutura física, administrativa e financeira para instalação e funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

**Artigo 11** – O Conselho Municipal lavrará seu Regimento Interno no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua instalação.

**Artigo 12** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Longino da Cunha**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**REGISTRADO E PUBLICADO NO SERVIÇO DA CHEFIA DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI, aos 10 de março de 2.000.**

**Oziel Pupo**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO**